



# SENADO FEDERAL

## PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 162, DE 2017 (Complementar)

Regulamenta o art. 91 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, referente à compensação financeira devida pela União aos Estados, Distrito Federal e Municípios em função da perda de receita decorrente da desoneração de ICMS sobre exportações de bens primários e semielaborados e da concessão de crédito nas aquisições destinadas ao ativo permanente.

**AUTORIA:** Senador Lasier Martins

**DESPACHO:** À Comissão de Assuntos Econômicos



[Página da matéria](#)



SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Lasier Martins

## PROJETO DE LEI DO SENADO Nº , DE 2017 – COMPLEMENTAR

Regulamenta o art. 91 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, referente à compensação financeira devida pela União aos Estados, Distrito Federal e Municípios em função da perda de receita decorrente da desoneração de ICMS sobre exportações de bens primários e semielaborados e da concessão de crédito nas aquisições destinadas ao ativo permanente.

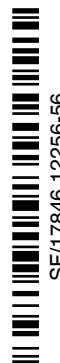
O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** A União entregará anualmente aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, o montante equivalente a R\$ 8.000.000.000,00 (oito bilhões de reais), na forma de compensação financeira devida pela União aos Estados, Distrito Federal e Municípios em função da perda de receita decorrente da desoneração de ICMS sobre exportações de bens primários e semielaborados e da concessão de crédito nas aquisições destinadas ao ativo permanente.

§ 1º O montante previsto no *caput* será corrigido anualmente pela variação anual do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, publicado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, ou de outro índice que vier a substituí-lo.

§ 2º Os recursos serão entregues aos Estados e Municípios em doze parcelas mensais e iguais, no último dia útil de cada mês, mediante crédito em conta bancária.

§ 3º A entrega de recursos prevista neste artigo perdurará até que o imposto a que se refere o art. 155, inciso II, da Constituição Federal tenha o produto de sua arrecadação destinado predominantemente, em



SF/17846.12256-56



SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador **Lasier Martins**

proporção não inferior a oitenta por cento, ao Estado onde ocorrer o consumo das mercadorias, bens ou serviços.

**Art. 2º** Do montante devido aos Estados, a União entregará, diretamente:

I – setenta e cinco por cento ao próprio Estado; e

II – vinte e cinco por cento aos respectivos Municípios, de acordo com os critérios previstos no parágrafo único do art. 158 da Constituição Federal.

**Art. 3º** Os recursos serão distribuídos entre os Estados e o Distrito Federal, proporcionalmente:

I – ao respectivo volume de exportações para o exterior de produtos primários e semielaborados em relação ao total das exportações desses produtos; e

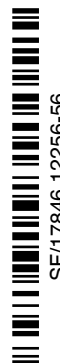
II – aos créditos decorrentes de aquisições destinadas ao ativo permanente, relativos aos contribuintes de cada Estado, em relação ao valor total desses mesmos créditos.

**Art. 4º** A diferença entre o total das receitas não arrecadadas sobre operações que destinem mercadorias para o exterior e a compensação financeira prevista no art. 1º será, ao término de cada exercício financeiro, automaticamente abatida do saldo devedor da dívida dos entes subnacionais para com a União.

**Art. 5º** Compete ao Tribunal de Contas da União (TCU):

I – calcular anualmente os coeficientes individuais de participação de cada Estado, do Distrito Federal e dos Municípios, de acordo com os critérios previstos no art. 3º; e

II – calcular os valores a serem abatidos do saldo devedor da dívida dos entes subnacionais para com a União, nos termos do art. 4º.



SF/17846.12256-56



SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador **Lasier Martins**

*Parágrafo único.* Os coeficientes individuais de participação serão calculados com base nos dados relativos aos 12 (doze) meses imediatamente anteriores e publicados no Diário Oficial da União até 30 de dezembro do ano anterior ao da entrega dos recursos.

**Art. 6º** O projeto de lei relativo ao orçamento anual da União deverá ser enviado ao Congresso Nacional com dotações destinadas a atender o disposto nesta Lei Complementar.

**Art. 7º** Revogam-se o art. 31 e o Anexo da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996.

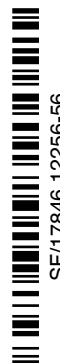
**Art. 8º** Esta Lei Complementar entra em vigor no primeiro dia do exercício subsequente ao de sua publicação.

## JUSTIFICAÇÃO

A presente proposição objetiva regulamentar o art. 91 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Depois de quase 14 anos, o Congresso não cumpriu a determinação constitucional (incluída pela Emenda Constitucional nº 42, de 2003) de editar lei fixando critérios, prazos e condições nas quais se dará a compensação aos estados e ao Distrito Federal da isenção de ICMS sobre as exportações de produtos primários e semielaborados, o que tem provocado graves prejuízos à Nação.

A ausência dessa regulamentação levou o Supremo Tribunal Federal a proferir decisão em 30 de novembro de 2016, por unanimidade dos seus membros, na Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO) nº 25, reconhecendo a omissão e determinando que o Congresso Nacional a sane no prazo de doze meses.

A ADO nº 25 foi proposta pelo Estado do Pará, alegando que a ausência dessa regulamentação promoveu prejuízos nas suas finanças na ordem de R\$ 15 bilhões no período de 1996 a 2012. Outros quinze estados aderiram a esta ação, sendo que Minas Gerais alegou ter tido prejuízos na ordem de R\$ 46,8 bilhões no mesmo período.



SF/17846.12256-56



SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador **Lasier Martins**

Caso a ausência da regulamentação não seja sanada no prazo definido, o Supremo decidiu também que caberá ao Tribunal de Contas da União (TCU) calcular o valor devido a cada estado.

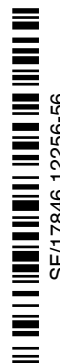
Percebe-se que estamos diante de uma situação da maior gravidade, constituindo-se em um dos pontos mais complexos do chamado pacto federativo, sendo, portanto, urgente que o Congresso Nacional delibere sobre a matéria.

Como ponto de partida, propomos que a compensação financeira devida pela União aos Estados, Distrito Federal e Municípios seja no montante de R\$ 8 bilhões anuais. Atualmente o valor desta compensação está fixado em R\$ 3,9 bilhões, respeitando-se as doações consignadas na Lei Orçamentária Anual, conforme definido na Lei Complementar nº 115, de 26 de dezembro de 2000.

No período de janeiro de 2001 a dezembro de 2016, a inflação acumulada, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, ficou em 283,7%. Ou seja, se fôssemos aplicar apenas a variação inflacionária, para 2017, a compensação financeira deveria ser na ordem de R\$ 14,96 bilhões. Na verdade, estamos propondo pouco mais da metade do valor original corrigido pela inflação do período. Porém, no orçamento da União para 2017 estão consignados apenas R\$ 3,86 bilhões, sendo R\$ 1,91 bilhões originários de uma emenda coletiva da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, a título de *Auxílio Financeiro aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para o Fomento das Exportações*.

O montante proposto a título de compensação financeira passará a ser corrigido anualmente pela variação do IPCA, mesmo indexador adotado pelo Governo na Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016, que instituiu o Novo Regime Fiscal.

Temos consciência de que o valor que propomos, embora próximo do dobro do valor atualmente praticado, ainda é muito pouco diante da grave crise financeira que atravessam os entes subnacionais. Um fator preponderante dessa crise é a dívida dos entes para com a União. Não obstante os valores pagos, o saldo devedor dessas dívidas continua crescendo



SF/17846.12256-56



SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador **Lasier Martins**

de forma explosiva, de tal forma que muito em breve serão dívidas impagáveis.

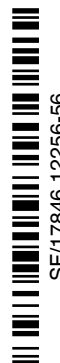
Para mitigar esse problema, propomos que a diferença entre o total das receitas não arrecadadas sobre operações que destinem mercadorias para o exterior e a compensação financeira prevista seja, ao término de cada exercício financeiro, automaticamente abatida do saldo devedor da dívida dos entes subnacionais para com a União.

Saliente-se que nos termos da decisão do Supremo na ADO nº 25, anteriormente mencionada, esta é compensação financeira que a União terá que repassar aos estados, sendo calculada de forma retroativa. Usar a diferença nos anos futuros entre o total não arrecadado e a compensação entregue pela União é, portanto, uma proposta bastante razoável.

Desta forma, entendemos que a proposta que apresentamos guarda grande coerência, sendo equilibrada, factível e sustentada em grande parte na real situação econômico-financeira que, atualmente, se observa nas relações entre os entes federados, merecendo, portanto, ser aprovada pelos nobres integrantes do Congresso Nacional.

Sala das Sessões,

Senador LASIER MARTINS



SF/17846.12256-56

# LEGISLAÇÃO CITADA

- [urn:lex:br:federal:ato.disposicoes.constitucionais.transitorias:1988;1988](http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:ato.disposicoes.constitucionais.transitorias:1988;1988)  
<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:ato.disposicoes.constitucionais.transitorias:1988;1988>
  - artigo 91
- Constituição de 1988 - 1988/88  
<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>
  - inciso II do artigo 155
  - parágrafo 1º do artigo 158
- Emenda Constitucional nº 42, de 2003 - Reforma Tributária - 42/03  
<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:emenda.constitucional:2003;42>
- Emenda Constitucional nº 95, de 2016 - Teto dos Gastos Públicos - 95/16  
<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:emenda.constitucional:2016;95>
- Lei Complementar nº 87, de 13 de Setembro de 1996 - Lei Kandir - 87/96  
<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei.complementar:1996;87>
- [urn:lex:br:federal:lei.complementar:2000;115](http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei.complementar:2000;115)  
<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei.complementar:2000;115>